

TRABALHO SEXUAL E COVID-19: ENTRE O RISCO E A SOBREVIVÊNCIA

Fernanda Priscila Alves da Silva¹
João Soares Pena²

A prostituição é uma prática social complexa e tem sido historicamente, marcada por muitas contradições. Ela envolve uma diversidade de atores sociais, contextos e trabalhos sexuais e suas diversas definições pouco têm contribuído para pensar os diversos modos e formas de inserção. Por um lado, o que se verifica é que normalmente as prostitutas ocupam áreas centrais e ainda costumam ser desvalorizadas e estigmatizadas socialmente (Pheterson, 1996). A prostituição provavelmente é a mais conhecida, mas não a única forma de trabalho sexual. Atizes e atores pornô, *strippers*, *camgirls*, atores e atrizes de sexo ao vivo, entre outros, são também trabalhadores e trabalhadoras sexuais, cada um(a) oferecendo serviços específicos (Weitzer, 2010; Prada, 2018). Todas essas atividades têm sido afetadas pela pandemia de Covid-19, mas aqui discutiremos as dificuldades enfrentadas pelas prostitutas.

1 Doutoranda em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), psicóloga e pedagoga. Atualmente é professora formadora do Instituto Federal da Bahia (IFBA) – Campus Brumado.

2 Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), urbanista pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Atualmente é Analista Técnico de Urbanismo do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA).

No cenário brasileiro, a prostituição feminina³ tem sido apresentada e pensada a partir de leituras focadas nas perspectivas da saúde e da justiça (Mello, 2012). A ação dos movimentos sociais nos últimos anos tem sido um marcador importante e decisivo também para a luta das trabalhadoras sexuais. As organizações e associações de prostitutas espalhadas pelo país estão, em sua maioria, articuladas em redes.⁴ As ações desses grupos têm se desenvolvido em um contexto caracterizado por posições moralistas e conservadoras sobre a prostituição, marcando um movimento que reivindica a legitimidade do trabalho sexual e o direito sobre o próprio corpo. É importante ressaltar que desde 2002 o trabalho sexual foi incluído na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o código 5198-05 e o título de “Profissional do Sexo” (Pena, 2019).

No contexto da pandemia de Covid-19, as trabalhadoras sexuais, em todo o mundo têm sido esquecidas nas respostas e atuação dos governos. Isto acontece mesmo onde essa atividade é devidamente regulamentada, com deveres (como pagar taxas e impostos) e direitos em tese assegurados pelo Estado, como nos Países Baixos. Lá as trabalhadoras sexuais têm protestado em razão das dificuldades enfrentadas pelo fechamento das vitrines do Red Light District, por serem impedidas de voltarem a trabalhar, mesmo quando outros trabalhos que requerem contato físico já foram retomados, e também pela falta de suporte financeiro para muitas delas⁵ (Pena, 2020).

De modo geral, essas trabalhadoras se encontram desamparadas e desassistidas pelos seus governantes. No Equador, trabalhadoras sexuais reclamam pela falta de apoio e acesso a serviços básicos:

3 Neste artigo estamos tratando particularmente da experiência de trabalhadoras sexuais cisgêneras.

4 No Brasil, temos três redes de trabalhadoras sexuais importantes: Rede Brasileira de Prostitutas, Central Única de Trabalhadoras Sexuais (CUTS) e Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPROSEX).

5 Cf.: Em reportagem à GloboNews trabalhadoras sexuais dos Países Baixos relatam as dificuldades durante a pandemia. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18/video/veja-como-a-pandemia-modificou-a-prostituicao-em-amsterda-9328465.ghtml>.

As trabalhadoras do sexo sofreram um grande impacto devido à emergência de saúde. Vamos para as ruas com muito receio e temos medos de ser violadas. Não temos dinheiro para a comida, aluguel, remédios; serviços de saúde estão fechados. Não há acesso a preservativos e colegas morreram devido à COVI-19”, afirmou o Coletivo Flor de Azaleia (UNAIDS, 2020).

Infelizmente essa é a realidade de trabalhadoras sexuais mundo afora. A crise sanitária, somada ao estigma, à discriminação e criminalização dessas trabalhadoras as têm colocado em situação de vulnerabilidade. Isto requer ações imediatas que visem salvaguardar essas profissionais em um contexto tão adverso como o da pandemia. A desigualdade social e muitos dos problemas enfrentados pelas prostitutas e outros grupos sociais já existiam, mas têm sido agravados pelas restrições impostas pela Covid-19.

Com o intuito de discutirmos as experiências dessas ativistas pelos direitos das profissionais do sexo durante a pandemia de Covid-19, trazemos relatos de cinco trabalhadoras sexuais do Norte e Nordeste do Brasil e integrantes da Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPROSEX) sobre como tem sido o enfrentamento à pandemia em seus respectivos contextos: Fátima Medeiros, fundadora e coordenadora da Associação das Prostitutas da Bahia (APROSB), Elizabeth Pereira, do Grupo Independente das Profissionais do Sexo de Fortaleza (GIPS), Diana Soares, da Associação de Profissionais do Sexo do Rio Grande do Norte (ASPRORN), Maria Elias Silveira, coordenadora do Coletivo Coisa de Puta+, de Belém/PA, e Mara dos Santos, coordenadora da Associação de Profissionais do Sexo Madalenas (APSM), de Alagoas.⁶

⁶ Todas as ativistas e trabalhadoras sexuais citadas neste artigo concordaram em compartilhar como têm vivenciado o período da pandemia e como se encontram outras colegas de profissão, assim como os desafios e enfrentamentos no contexto da pandemia de Covid-19. As entrevistas aqui utilizadas foram realizadas no período de junho a dezembro de 2020. Consideramos essas trabalhadoras sexuais por fazerem parte do projeto “Fortalecer as trabalhadoras sexuais para vencer a Covid-19”, desenvolvido sob a coordenação da ANPROSEX e Movimento e Libertação da Mulher (MLM), com apoio da ONU Mulheres Brasil e União Europeia através da chamada voltada à implementação do Plano de Contingência diante da pandemia da Covid-19 do projeto “Conectando Mulheres, Defendendo Direitos”. Uma das ações deste projeto tem sido o fortalecimento dessas lideranças e o desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento dos impactos da pandemia no contexto e vida das trabalhadoras sexuais.

No Brasil, o Governo Federal pouco tem contribuído para que as pessoas que atuam no trabalho autônomo e informal e sem direitos básicos assegurados possam sobreviver sem executarem seu trabalho. Neste momento, devido à falta de políticas públicas que reconheçam as necessidades das trabalhadoras sexuais e dos desafios enfrentados pelas organizações que lhes orientam e dão suporte, ações de apoio de fortalecimento são urgentes. Mara dos Santos fala das tentativas de parcerias com o estado e município para assegurar o que deveriam ser direitos garantidos à toda população, inclusive às trabalhadoras sexuais. Mara dos Santos afirma que:

Aqui a situação está bem difícil porque estamos sem doações para suprir as necessidades das companheiras e algumas não estão trabalhando porque não está compensando devido ao valor que é cobrado na rua e o local que elas moram por ser longe do ponto de trabalho. Está difícil, a gente tenta parceria com o estado, com o município, mas por enquanto está difícil pra gente que trabalha na rua, que precisa sair pra ir batalhar. E estamos pela fé e aguardando pra ver se o governo nos vê (Mara Santos, entrevista, 15/12/2020).

Elisiane Pasini, antropóloga e ativista feminista, em um artigo sobre o trabalho sexual e o Coronavírus, apresenta o descaso do governo brasileiro e evidencia a necessidade de políticas públicas e o grito das ativistas⁷ por apoio e por visibilidade política: “Nós existimos!” (Pasini, 2020). Também ouvimos relatos de lideranças que afirmam que a ação fundamental neste momento é informar e apoiar estas mulheres para que elas permaneçam seguras e assistidas financeiramente.

Fátima Medeiros afirma que:

Estou no movimento um pouco mais de vinte anos que foi quando fundamos a APROSBA porque a gente teve a necessidade de fundar pra lutar por direitos. Mas, é uma briga constante e fui convidada pra falar sobre o que estamos passando neste momento de pandemia, de Covid-19 [...] A política que deveria ter é o benefício que viesse específico para nossa categoria. Tem para todas as outras, todas as outras, eu vejo aparecer para todas as categorias, menos pra profissional do sexo. É muito difícil pra gente ser beneficiada porque não tem. A gente é invisível para a sociedade [...]. A nossa situação é perigo constante. É uma profissão assim de risco, eu entendo. E se nada acontecer a gente está se expondo demais. Vai morrer muitas. A sociedade precisa nos olhar como pessoas, como gente, a gente paga os impostos. A gente precisa. A gente esta lutando, mas está

⁷ No texto de Elisiane Pasini (2020) escutamos a força da palavra de Diana Soares, palavra esta enfatizada e reafirmada nos diálogos estabelecidos em nossas entrevistas.

complicado. A gente vê que esse governo... A gente não vê nada que beneficie a população, imagine para a trabalhadora sexual, né? (Fátima Medeiros, entrevista, 16/06/2020).

Na fala de Fátima Medeiros algumas questões surgem suscitando questionamentos acerca do modo como as trabalhadoras sexuais são tratadas. Enquanto coordenadora da APROSBA, a ativista e trabalhadora sexual fala a partir de suas próprias vivências, mas também aponta as falas de outras companheiras de profissão. Um primeiro ponto que surge de sua fala é a falta de políticas públicas que contemplem as trabalhadoras sexuais, uma questão que vem sendo reivindicada pelo movimento de prostitutas no Brasil há décadas. Atrelada a esta questão, Fátima aponta outro elemento fundamental neste debate: o fato de, quando reconhecidas, as trabalhadoras sexuais serem vistas apenas “da cintura pra baixo”, uma perspectiva que retira das trabalhadoras sexuais o direito de serem reconhecidas como mulheres sujeitas de direitos e, em última instância, as desumaniza.

Outro aspecto apontado por Fátima é a falta de auxílio financeiro na pandemia. Apesar de o Governo Federal ter concedido um auxílio emergencial por 6 meses e muitas trabalhadoras sexuais o terem recebido, algumas categorias profissionais tiveram alguns suportes específicos. A Prefeitura de Salvador criou o programa “Salvador por todos”,⁸ concedendo um benefício de R\$ 250,00 por mês para diversos trabalhadores informais como baianas de acarajé, ambulantes, baleiros, entre outros, mas não incluiu as prostitutas, que também são trabalhadoras informais.

Para Elizabeth Pereira, a situação das trabalhadoras sexuais em Fortaleza neste período da pandemia é desafiante, pois

As mulheres não estão parando, elas continuam trabalhando. Elas são meninas de praça. Tem duas praças que eu faço este trabalho com elas. Casos de coronavírus com elas não teve, mas as dificuldades sim. São dificuldades de sobrevivência porque sumiu muitos homens com medo de coronavírus, mas elas não deixaram de trabalhar, elas estão sempre lá nas esquinas, no centro da cidade. A dificuldade que eu mais

8 Cf.: Para maiores informações sobre o programa “Salvador por todos” ver: <<http://www.salvadorportodos.salvador.ba.gov.br>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

encontro é ter mais companheiras neste trabalho porque sozinha não tem condições (Elizabeth Pereira, entrevista, 22/09/2020).

No contexto de Fortaleza, em particular no centro da cidade, onde se localiza o foco da atuação da GIPS, Elizabeth aponta duas questões centrais: a primeira é o fato de as mulheres continuarem o exercício da prostituição mesmo em tempos de pandemia e isso se deve, assim como em outras realidades no Brasil, ao fato dessas trabalhadoras não terem a garantia recursos para manterem a si e a seus familiares durante este período. O mesmo foi percebido em São Paulo, no Parque da Luz, tradicional ponto de prostituição da cidade. Mesmo com a escassez de clientes e o risco de infecção pelo coronavírus, algumas prostitutas continuaram “batalhando” nos arredores do referido parque quando ele foi fechado, pois esta era sua única fonte de renda (Vespa, 2020). Continuar trabalhando era uma questão de sobrevivência.

Outro elemento abordado por Elizabeth é o número reduzido de trabalhadoras sexuais que sejam ativistas pelos direitos das trabalhadoras sexuais. Isto acontece em outros estados e cidades brasileiras, sendo também uma consequência da precarização, do estigma e da falta de informação, entre outros fatores. Em seu artigo, Elisiane Pasini (2020) traz relatos de algumas das lideranças brasileiras das redes nacionais de trabalho sexual de mulheres cisgêneras, travestis e transexuais sobre a situação destas em tempo de pandemia. Destacamos a fala de Diana Soares, que afirma que:

Hoje, no Brasil, com a pandemia do coronavírus nós, trabalhadoras sexuais não existimos. Eu me reconheço como um sujeito político de direitos, mas a sociedade não. Está muito difícil. Ninguém fala em nós. Nós não existimos. Na verdade, até existimos, mas como pessoa pobre e desempregada, mas não como uma prostituta.

Não somos lembradas, a não ser pelas nossas próprias vozes. O que está sendo feito é para a população em geral. Se para mim está difícil, imagine para as colegas que estão lá, sem saber onde buscar apoio e sem poder trabalhar (Pasini, 2020).

Maria Elias levanta, assim como Fátima Medeiros, a questão do não reconhecimento da sociedade sobre a existência das trabalhadoras sexuais e sobre como elas têm sido invisibilizadas nas políticas públicas e como o acesso

aos direitos tem sido negado. Outro ponto apresentado por Maria Elias, também evidente em falas de outras lideranças do movimento de trabalhadoras sexuais, é a permanência destas profissionais em seus locais de trabalho. De um lado, poucos clientes, como também afirma Elizabeth Pereira, mas de outro lado, a necessidade de (sobre)viver. Esta é uma situação contraditória, pois ao mesmo tempo em que essas mulheres precisam garantir sua renda também se colocam em risco quando mantêm o trabalho. Segundo Maria Elias:

A pandemia de Covid-19 veio como uma arma pesada dentro do contexto do que é viver a prostituição e viver da prostituição, do trabalho sexual. Aqui no Pará, nós estamos em desdobramento tentando sobreviver. Não saímos da zona. Foi impossível. Poucos clientes. Mas é a necessidade de viver e o trabalho sexual é bem maior do que qualquer pandemia. Não estamos tendo apoio suficiente de nenhuma secretaria. Outras organizações passaram por nós e nos deram ajuda, porém o desafio maior é tentar sobreviver e fazer com que a sociedade nos veja como parte desta população: trabalhadora sexual, mulher, vivendo com HIV/AIDS e também com tantas dificuldades como qualquer outra pessoa. Uma estratégia que nós usamos dentro da zona, apesar que não saímos totalmente foi a questão de, além de falar da prevenção das DSTs foi falar de prevenção ao Covid-19 e sempre mantendo a higiene com total segurança. Nada está sendo fácil, porém nós estamos sobrevivendo (Maria Elias, entrevista, 14/07/2020).

O contexto apresentado por essas trabalhadoras sexuais mostra o quanto elas têm sido invisibilizadas pelo Estado e têm tido seus direitos negados. Sabemos que desde a década de 1980 o movimento e prostitutas no Brasil têm levantado bandeiras de luta e defendido o direitos das trabalhadoras sexuais. Desse modo, neste cenário de pandemia visualizamos nesse movimento a configuração de um lugar que ora “abre brechas na medida em que, por meio das vozes das prostitutas denuncia as violações de direitos” (Silva & Costa, 2019, p. 128), ora procura encontrar brechas para que seus direitos sejam, de fato, garantidos. Apesar de o trabalho sexual ser reconhecido no Brasil, como dissemos, não há qualquer tipo de regulamentação de seu exercício, negando às profissionais direitos trabalhistas e outros tantos. A situação de vulnerabilidade social em que muitas delas se encontram reside nesta ausência de direitos, somada ao estigma enfrentado no dia a dia, à falta de políticas públicas, como foi comentado, à invisibilização política que sofrem e o descompromisso do Estado com a promoção do bem estar de todos(as). Estes são problemas enfrentados há muito tempo, mas na pandemia de Covid-19 eles têm sido potencializados, colocando-as numa posição de decidir entre o risco do coronavírus e a sobrevivência delas e seus familiares.

Referências

- Mello, A. S. V. de. (2012). A construção da prostituta em sujeito político de direitos a luta contra a Aids. *Temáticas*, 20(40), 13-34. <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11531/6739>
- Pasini, E. (2020) Em depoimentos à antropóloga Elisiane Pasini, prostitutas falam sobre trabalho e vida em tempos de covid-19: “Nós existimos!”. *Viomundo*. <https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/em-depoimentos-a-antropologa-elisiane-pasini-prostitutas-falam-sobre-o-trabalho-e-a-vida-em-tempos-de-covid-19-no-brasil-nos-existimos.html>
- Pena, J. S. (2019). Gestão pública da prostituição no Brasil e na Holanda. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, 7(1), 1-19. <https://rppc.emnuvens.com.br/RPPC/article/view/345/227>
- Pena, J. S. (2020) *Além da vitrine: produção da cidade, controle e prostituição no Red Light District em Amsterdã* [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia].
- Pheterson, G. (1996). *The prostitution prism*. Amsterdam University Press.
- Prada, M. (2018). *Putafeminista*. Veneta.
- Silva, F. P. A. da & Costa, L. A. F. da. (2019). Movimento de Prostitutas e os saberes tecidos na Batalha. In Maraux, A. T. S. R., Oliveira, I. V. S. de & Silva, M. E. da. *Série Ações Afirmativas Educação e Direitos Humanos: Diferenças e Práticas Formativas. Vol. 1* (pp. 111-133). EDUNEB.
- UNAIDS (2020). *Resposta à COVID-19 deve defender e proteger os direitos humanos das profissionais do sexo*. <https://unaid.org.br/2020/04/resposta-a-covid-19-deve-defender-e-protger-os-direitos-humanos-das-profissionais-do-sexo/>
- Vespa, T. (2020). Coronavírus não interrompe prostituição a R\$ 30 no centro de São Paulo. *Uol*. <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/23/prostituicao-a-r-30-no-centro-de-sao-paulo-nao-para-em-meio-a-pandemia.htm>
- Weitzer, R. (2010). Sex work: paradigms and policies. In Weitzer, R. (ed.). *Sex for sale: prostitution, pornography, and the sex industry* (2. ed., pp. 1-43). Abingdon; Routledge.